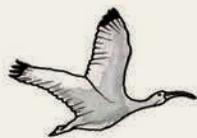


Relatório Anual **2024**



Preâmbulo

Explorar novas formas de narrar nossa trajetória tem sido uma marca dos relatórios anuais do Instituto Arapyaú. Para contar nosso 2024, não poderia ser diferente.

Nesta edição, para traduzir um ano de muita construção, o projeto se inspirou em croquis e em uma proposta gráfica que buscam refletir o curso das coisas que vão se moldando, se formando, se solidificando.

Nesse movimento, as cores vão pouco a pouco dominando nossas páginas. Mantivemos uma narrativa leve, contadora de histórias.

Esperamos que gostem de mais esse mergulho no jeito Arapyaú de atuar.

Sabrina Fernandes
Gerente de Comunicação do Instituto Arapyaú

01



Editorial

02



Redes

03



Bioeconomia

04



Internacional

05



Balanço Financeiro

01



Editorial

02



Redes

03



Bioeconomia

04

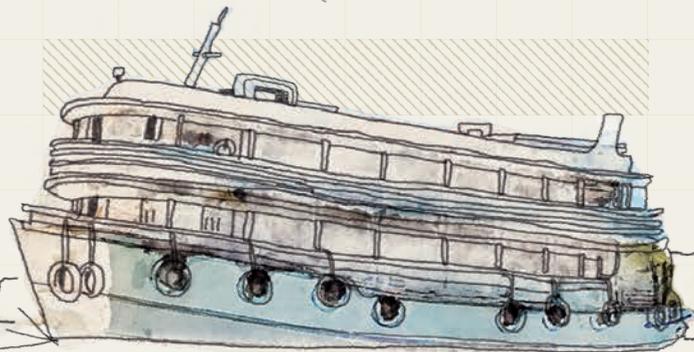


Internacional

05



Balanço Financeiro





Roberto Waack

Presidente do Conselho

Filantropia em mar aberto

Em um mundo cada vez mais complexo, com um sistema multilateral fragilizado, vários desafios geopolíticos e um vácuo de lideranças, uma reflexão se faz ainda mais necessária: afinal de contas, qual é o papel da filantropia?

Essa pergunta é um norte para o Arapyaú desde a sua fundação. E será repetida ao longo do tempo, porque é o que provoca o instituto a sempre testar limites e ocupar espaços na tentativa de fortalecer a ação da filantropia.

Nos últimos anos, o Arapyaú se propôs a migrar de uma visão projetista para uma mais estruturante. Mas esse não é um caminho simples. Ele se faz no processo. Longe das fórmulas e dos guias, o instituto, nesse movimento, se lança em mar aberto.

Ao contrário dos projetos — um terreno mais conhecido, por estarem muito bem delimitados e sob um controle —, as ações estruturantes são amplas, complexas e exigem a articulação de muitos atores para cumprir sua força transformadora. Para fazer mudanças sistêmicas, a filantropia não pode estar isolada; precisa necessariamente estar alinhada a políticas públicas e a ações do setor privado.

Em 2024, ao se colocar como um articulador de uma ação pré-competitiva do setor privado na área de restauração florestal ou ao propor a construção do Kawá — um fundo de *blended finance* para apoiar pequenos produtores de cacau —, o Arapyaú exercitou mais do que nunca o alinhavar dessas conexões.

Em iniciativas como essas, para citar duas de algumas frentes amplas em que está envolvido, o instituto navega no mundo da gestão pública, no das empresas e no das organizações civis. Com a boa notícia de que tem sido muito bem acolhido por todas essas partes, um reconhecimento de que, sim, é possível estabelecer diálogos e interlocuções de qualidade para uma ação conjunta mais efetiva.

A força do Arapyaú — e da filantropia — não está no financiamento, porque a escala de transformações que precisamos realizar exige infinitamente mais recursos. Está no desenho de soluções, em testar alternativas e contribuir para novos modelos de economia. E tudo isso é fruto de uma inteligência coletiva, que só é possível quando se

atua em redes. No coletivo e na diversidade, toda visão, toda análise e toda criação de solução é melhor.

O Arapyaú sabe que são muitos os desafios no “alto mar” das ações estruturantes, e tem a liberdade de reconhecer que não tem resposta fechada para qual deve ser o papel da filantropia em águas tão agitadas. Mas está comprometido com essa busca e sempre disposto a ousar. Ali, o que não falta é horizonte.



Renata Piazzon

Diretora-Geral

Novas escalas para tempos urgentes

A ciência não deixa mais espaço para dúvidas: estamos acelerando para além dos limites seguros do planeta. Os sinais estão por toda parte — secas extremas, inundações avassaladoras, ondas de calor recordes, perdas massivas de biodiversidade, surtos de doenças e insegurança alimentar crescente. Se a última década foi de alerta, 2024 se impôs como o ano da ação. Não há mais tempo a perder.

Foi com essa convicção e esse senso de urgência que o Instituto Arapyaú intensificou sua atuação em 2024. A crise climática — o maior desafio comum da nossa era — exige que a filantropia amplie sua visão e atue de forma sistêmica, mobilizando o tripé governos, empresas e organizações da sociedade civil para maximizar o impacto coletivo.

Desde sua criação, há quase 17 anos, o Arapyaú fez do fortalecimento de redes sua principal estratégia de transformação. Nunca estivemos sozinhos. Pelo contrário: multiplicamos nossa força ao fomentar iniciativas como o MapBiomas, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, a rede Uma Concertação pela Amazônia, o Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia e, mais recentemente, o Conexão Povos da Floresta.

Em 2024, reforçamos ainda mais esse tripé ao aproximar o setor privado, trazendo novas dinâmicas para o campo da bioeconomia e da restauração florestal. Duas iniciativas foram decisivas: o projeto Tucumã, voltado para sistemas alimentares sustentáveis, e um movimento inédito que une 25 empresas e instituições financeiras pela restauração de florestas nativas no Brasil.

Com mais de uma década de experiência em sistemas alimentares, o Arapyaú atuava focado na cadeia do cacau na Bahia e no Pará. Em 2024, ampliamos nossa atuação, mapeando 44 ingredientes com potencial para fortalecer cadeias produtivas na Amazônia. O objetivo? Proteger a floresta, gerar renda e transformar a cultura alimentar do Brasil em uma aliada da biodiversidade. Aqui, escala é o que faz a diferença.

Na frente de restauração florestal, impulsionamos um movimento pioneiro do setor privado. Com soluções tecnológicas de remoção de carbono avançando lentamente, o Brasil tem uma vantagem comparativa inestimável: sua capacidade de restaurar

ecossistemas em grande escala. Para que a economia da restauração prospere, é fundamental criar as condições adequadas para investimentos sustentáveis e de longo prazo. Essa é uma agenda que precisa envolver Estado, setor privado, instituições financeiras e sociedade civil.

2024 também marcou um ponto de inflexão em nossa estratégia no cacau. Após quatro anos estruturando mecanismos financeiros inovadores para ampliar o acesso a crédito e assistência técnica na agricultura familiar, demos um passo ousado: estruturamos o Fundo Kawá. Com ambição de atingir R\$ 1 bilhão até 2030, esse fundo combina capital filantrópico, privado e público para impulsionar pequenos produtores de cacau em sistemas agroflorestais.

O Kawá é um marco. Resgatando a origem do cacau nas civilizações pré-colombianas — que chamavam o fruto de “kakawa” —, o fundo assume um papel catalisador, provando a viabilidade de um modelo econômico que alia conservação e produtividade.

Os aprendizados de 2024 reforçam um ponto essencial: além de agir rápido e escalar soluções, precisamos fortalecer a narrativa sobre o Brasil. Temos o potencial de liderar um novo modelo de desenvolvimento, que une prosperidade econômica e conservação ambiental. A COP30, que pela primeira vez acontecerá na Amazônia, será uma vitrine global para essa mensagem. Vamos juntos?

Boa leitura!

01

02

03

04

05



Editorial

Redes

Bioeconomia

Internacional

Balanço Financeiro

Inteligência coletiva a favor do impacto em escala

Como o Instituto Arapyaú está impulsionando o desenvolvimento sustentável do país por meio de diferentes redes e iniciativas em bioeconomia

Em dezembro do ano passado, o Brasil aprovou a lei que criou o aguardado mercado regulado de carbono. Embora tenha deixado arestas, a lei é considerada um marco para a política climática nacional porque sai da inércia para a ação. Além de ser um instrumento de redução de emissões, a regulação do mercado vai trazer segurança jurídica e estimular investimentos na descarbonização da economia.



Entre as organizações que trabalharam pela sua construção e aprovação, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura foi uma das mais ativas. Para ajudar a colocar a lei de pé, a rede percorreu um longo caminho nos últimos sete anos, desde que criou uma força-tarefa para o tema: construiu documento com análises sobre o potencial das transações de créditos de carbono, destrinchou projetos de lei e uma medida provisória, promoveu seminários, capitaneou relatórios com recomendações e divulgou um posicionamento em apoio à aprovação final.

O trabalho — muitas vezes de bastidor — da Coalizão não é trivial. Exige a convergência entre visões diferentes ou até mesmo opostas, uma vez que o grupo reúne de empresários do agronegócio a ambientalistas. Essa inteligência coletiva em prol da liderança do Brasil em uma economia de baixo carbono, competitiva, responsável e inclusiva ajuda a materializar a atuação do Instituto Arapyaú.

Criada em 2015 com apoio integral do Arapyaú, a Coalizão foi uma das primeiras redes fomentadas pelo instituto. Embora já tenha alcançado a autonomia, ela conta com a participação do instituto na governança, intensificada em 2023 e 2024 com Renata Piazzon, diretora-geral do Arapyaú, na função de cofacilitadora.

Movido pela crença de que não se faz nada sozinho, o Arapyaú definiu, como principal eixo de atuação, fortalecer outros atores capazes de gerar transformações em escala na sociedade. Isso inclui, cada vez mais, a participação de filantropias globais e do setor privado na equação do impacto.

“A abordagem baseada na colaboração requer mais esforços. Mas é a única capaz de promover mudanças em larga escala e causar impacto coletivo em uma sociedade democrática”, explica Renata Piazzon. “No ano passado, ficou ainda mais claro que, sem a contribuição do setor privado, não vamos mudar nenhum ponteiro. Por isso, fortalecemos ainda mais nossas parcerias.”



Temas urgentes da Amazônia

A participação do setor privado e de filantropias dedicadas ao clima e ao desenvolvimento sustentável foi fundamental para colocar de pé, no ano passado, uma nova iniciativa estruturante da rede Uma Concertação pela Amazônia: o Fundo catalisador da Agenda Fundiária (FAF).

Criado com o propósito de contribuir para a proteção da área de florestas e de seus povos, o FAF vai apoiar o Estado na destinação de terras públicas e na demarcação de territórios indígenas, ajudando a desatar um dos principais nós da agenda de regularização fundiária.

Gerenciado pelo Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), o FAF já captou mais de R\$60 milhões com doadores privados brasileiros e estrangeiros para a execução de um plano de trabalho nos próximos três anos. Esse capital será investido em ações, serviços e equipamentos (geoprocessamento, equipes de campo, diárias de técnicos e gasolina para transporte, por exemplo) para destinação de terras públicas e demarcação de territórios indígenas, em alinhamento com diretrizes de instituições públicas, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

“As iniciativas estruturantes concretizam nossa forma de atuar, porque elas nascem do espaço de diálogo que a Concertação propicia e são resultado de uma articulação entre diversos atores para fortalecer a implementação de políticas públicas na Amazônia Legal, a fim de promover impactos sistêmicos no território”, explica Lívia Pagotto, secretária-executiva da Concertação.

A regularização fundiária é um dos temas mais urgentes na Amazônia por várias razões que estão interligadas. A mais evidente delas é o combate ao desmatamento ilegal — quando as terras têm um dono definido, fica mais fácil monitorar e controlar atividades ilegais. A outra razão é a conservação da biodiversidade, uma vez que destinar terras para unidades de conservação e reservas indígenas ajuda a preservar espécies e ecossistemas que estão ameaçados pelo desmatamento e pela degradação ambiental.

Ela proporciona ainda segurança jurídica, reduzindo o conflito agrário e a violência no campo, e estimula o desenvolvimento sustentável. Com a regularização, é possível implementar políticas de longo prazo, promovendo atividades econômicas que não degradem o meio ambiente, como a bioeconomia, o ecoturismo e a exploração sustentável de recursos florestais. Por fim, essa agenda também ajuda a fortalecer as comunidades tradicionais, que dependem diretamente de seu território para sua sobrevivência e manutenção de suas culturas.

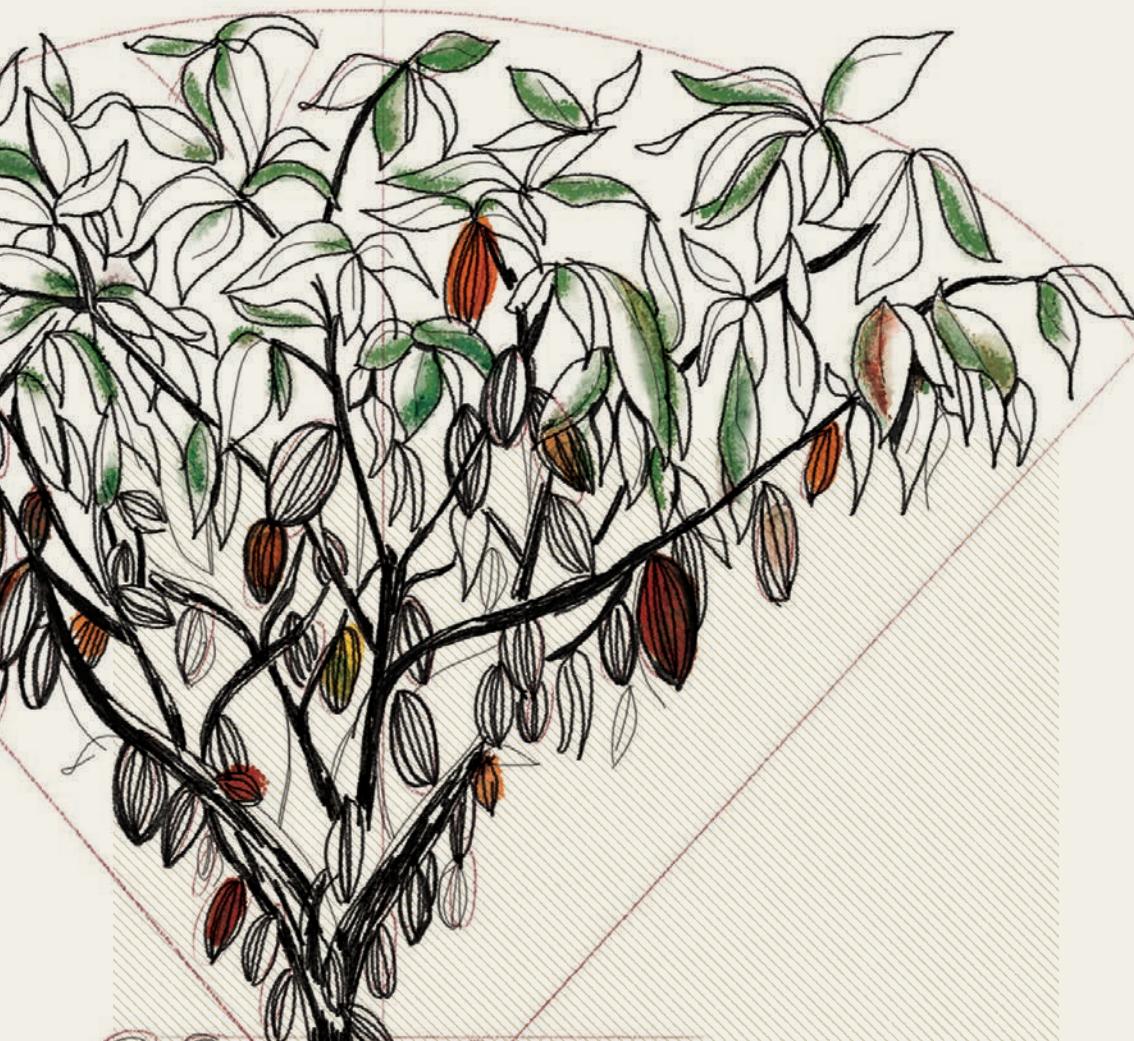
O surgimento de uma segunda iniciativa estruturante — a primeira foi o programa Itinerários Amazônicos, no campo da educação — revela o amadurecimento da rede Uma Concertação pela Amazônia, fundada em 2020 a partir do fomento do Arapyaú. Em quatro anos, o grupo, que reúne mais de 900 lideranças da sociedade civil, empresas, academia e setor público, já caminha para o estágio de institucionalização.

Trabalhar em rede exige das organizações o desenvolvimento de uma ciência, com método, processo e novos formatos de governança. Ao longo de sua trajetória, o

Arapyaú se notabilizou por desenvolver essa capacidade de desenho e articulação, que vem se traduzindo em uma maturidade cada vez mais rápida de suas redes.

Um bom exemplo disso é a rede Conexão Povos da Floresta. Incubada em 2022 pelo Arapyaú, ela já deve se tornar autônoma em 2025. Maior iniciativa de conectividade entre povos indígenas, quilombolas e extrativistas em curso no Brasil, o Conexão chegou a 1370 comunidades conectadas em 2024. Ao longo do ano, foram captados R\$ 25,3 milhões de 14 financiadores.

Financiada pelo setor privado e pela filantropia, a iniciativa é liderada por três organizações de base: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), em parceria com mais de 30 organizações da sociedade civil.



Inovação para o cacau sustentável

A colaboração e a união de forças com outras instituições também dão bons frutos na Mata Atlântica, o outro território de atuação do Arapyaú. No ano passado, o Parque Científico Tecnológico do Sul da Bahia (PCTSul), rede co-fundada pelo instituto em 2017, foi contemplado em um edital de US\$5,3 milhões da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O recurso será destinado à pesquisa e inovação para o fortalecimento da cadeia de cacau cabruca (cultivado em sistemas agroflorestais), impulsionando a geração de renda para pequenos produtores locais associada às práticas de conservação da biodiversidade.

Esse será o primeiro projeto da FAO financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e é um reconhecimento da capacidade do PCTSul de gerar ações de impacto no território, em articulação com outras organizações acadêmicas, do terceiro setor e da iniciativa privada. “Essa conquista no edital da FAO abre um precedente importante sobre o reconhecimento da capacidade e relevância institucional do Parque em acessar fontes de financiamento que visem não só à inovação e ao estímulo ao empreendedorismo a partir de incubação de negócios, mas também contribuir com o impacto positivo nas comunidades locais, na biodiversidade e na economia de baixo carbono”, comenta Ricardo Gomes, gerente de Desenvolvimento Territorial do Arapyaú.

A expectativa é iniciar a fase de preparação do projeto de forma participativa, ampliando o diálogo com instituições e produtores rurais. O objetivo é beneficiar três mil agricultores familiares, revitalizar 50 mil hectares de lavouras de cacau e levar apoio e financiamento para mais de 1,6 milhão de hectares de áreas produtivas. Os recursos também serão destinados ao planejamento do uso da terra, à gestão compartilhada dos recursos naturais e ao desenvolvimento de políticas e legislações de apoio aos produtores e à conservação ambiental.

01

02

03

04

05

Editorial

Redes

Bioeconomia

Internacional

Balanza Financeira





Cusadia e escala

Como o Arapyau trabalha para promover uma nova economia da floresta

No ano passado, o Instituto Arapyau deu seu passo mais ambicioso na agenda de bioeconomia ao criar, junto com a plataforma Violet, a Mov Investimentos e a Tabôa Fortalecimento Comunitário, a iniciativa batizada de Kawá⁽¹⁾, que já nasce como o maior fundo brasileiro para custeio do cacau na agricultura familiar, com um volume inicial de recursos de R\$ 30 milhões — podendo chegar a R\$1 bilhão em créditos até 2030. Para se ter uma ideia do que esse montante significa, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destinou em 2023 cerca de R\$13 milhões para o custeio do cacau.

Lançado em março deste ano, a iniciativa foi pensada para oferecer crédito atrelado a assistência técnica de campo a produtores de pequenas propriedades de cacau em sistema agroflorestal (SAF), com o objetivo de gerar riqueza para as regiões, melhoria de renda e qualidade de vida de agricultores familiares, e conservação da floresta na Mata Atlântica e na Amazônia.

(1) O nome resgata a origem do cacau nas civilizações pré-colombianas, principalmente entre os maias e astecas, que chamavam o fruto de kakawa.

Sendo um dos poucos a acessar diretamente os produtores nesta escala, o Kawá pretende beneficiar, nesta primeira fase, cerca de 1200 agricultores na Bahia e no Pará. Em cinco anos, esse número pode subir para 5 mil produtores.

“Temos conseguido demonstrar o potencial da cultura do cacau produzido em sistemas agroflorestais por agricultores familiares para a bioeconomia brasileira”, defende Vinicius Ahmar, gerente de bioeconomia do Arapyaú. “Com o Kawá, estamos ampliando a escala do impacto econômico, social e ambiental, demonstrando para investidores do mercado tradicional que é possível e viável destravar e escalar modelos produtivos que façam uso sustentável do solo e gerem renda para quem conserva a floresta”.

Atualmente, cerca de 80% da produção de cacau no país está nas mãos de agricultores de pequenas propriedades, um público que está totalmente à margem do sistema financeiro e dificilmente acessa as políticas públicas para a produção. Mais: de cada 100 produtores de cacau no Brasil, 75 nunca receberam assistência técnica. O resultado dessa combinação é baixa renda e baixa produtividade.

Para preencher essa lacuna, o Kawá oferece assistência técnica aliada ao crédito. “Nossas experiências anteriores de crédito associado com assistência técnica se mostraram bem-sucedidas em termos de aumento de produtividade e renda, com uma inadimplência baixa. Assistência técnica de boa qualidade acaba sendo cara para este perfil de público e para ser incluída nos produtos financeiros, mas é parte essencial para garantir que os resultados esperados sejam atingidos”, destaca Ahmar.

Outra inovação do Kawá é a possibilidade de comércio de créditos de carbono de conservação por parte dos produtores. No sistema agroflorestal da cabruca, a capacidade de estoque de carbono é de 66 toneladas por hectare, o que

pesquisadores estimam que seja quase o dobro da quantidade encontrada no cacau plantado a pleno sol.

A iniciativa de *blended finance* — que utiliza recursos de investidores privados e de organizações filantrópicas — conta com a parceria da Violet, gestora do fundo, da VERT, que irá administrá-lo, e da ONG Tabôa, organização responsável pela operacionalização do crédito. A assistência técnica às famílias produtoras será oferecida pela Tabôa, pela Fundação Solidaridad, pelo Ciapra (Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul da Bahia) e Polímatas Soluções Agrícolas e Ambientais.

O custeio dessa assistência foi alavancado pelo Instituto Arapyaú com parceiros como a Suzano, as indústrias do Cacau, através do Movimento CocoaAction, e filantropias nacionais e internacionais. A Reseed ficará a cargo dos créditos de carbono da operação. A Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) também é uma parceira, garantindo a conexão de suas associadas com a compra do cacau produzido pelos produtores.

Impacto nas vidas reais

Um dos grandes diferenciais do Kawá é o uso de uma metodologia de concessão de crédito mais simplificada e acessível, junto com assistência técnica, desenvolvida e implementada pela Tabôa desde 2017, e também adotada no CRA Sustentável — projeto pioneiro de crédito rural sustentável no Brasil, fomentado pelo Arapyaú desde 2020. Também estruturado no modelo de *blended finance*, o CRA já beneficiou mais de 271 famílias no sul da Bahia e, no ano passado, ampliou seu potencial para apoiar mais 700 agricultores familiares de cacau que utilizam sistemas agroflorestais (SAF) na Bahia e no Pará. Um deles foi Jailton de Oliveira, da região de Altamira (PA). Durante a estiagem prolongada de 2022 a 2023, que afetou intensamente a Amazônia, ele assistiu impotente à morte de sua plantação e viu sua renda minguar. Por meio do financiamento do CRA, conseguiu investir na recuperação de seus três hectares de cacau consorciados com banana, macaxeira e outras espécies nativas.

O recurso permitiu que ele aplicasse técnicas recomendadas, como poda e adubação, e instalasse um sistema de irrigação que deve reduzir o impacto das secas futuras. “Contratei 20 horas de retroescavadeira para aumentar meu açude e conseguir aguar o cacau. Agora vou comprar a bomba e torcer para que as chuvas de janeiro preencham o tanque novo”, comenta Jailton, com esperança renovada.

Gean Carlos Menezes, produtor familiar agroecológico do Assentamento São João, em Ibirapitanga, recorreu ao CRA Sustentável em 2020, para o beneficiamento de cacau de qualidade em seus quatro hectares. No ano seguinte, renovou o crédito, direcionando-o para custeio e adubação. Os investimentos contribuíram para aumentar sua produtividade em 24% e ampliaram sua renda com o cacau em impressionantes 146%.

Em 2024, o produtor acessou novamente o crédito, desta vez para implementar um sistema de irrigação, adquirir mudas de cacau e banana e fortalecer o manejo agroflorestal em sua propriedade. Em sua área de SAF, também desenvolveu um quintal produtivo diversificado, com frutas como acerola, cupuaçu, laranja, tangerina, abacate e coco. “Acredito que em dois anos terei um SAF mais completo dentro das normas da produção orgânica”, projeta.

A experiência de Gean personifica a eficácia do projeto. Entre 2020 e 2023, a renda dos produtores do sul da Bahia registrou um aumento médio de 60%, enquanto a inadimplência permaneceu em apenas 0,28%, índice considerado excepcionalmente baixo. A produtividade também foi expressiva, com um crescimento de 52% no cacau.

A solução que vem da natureza

A experiência com o cacau foi a ponta de lança para o movimento mais recente articulado pelo Arapyaú no campo da bioeconomia: a restauração florestal. O protagonismo das florestas no enfrentamento das mudanças climáticas ficou evidente em um alerta feito pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

As florestas têm o potencial de mitigar entre 4,1 e 6,5 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente até 2030, de acordo com a entidade. Ainda segundo o Programa, a conservação florestal, o manejo sustentável e as práticas de restauração podem responder por até 30% das medidas de mitigação disponíveis na próxima década.

Além de terem papel importante na redução de temperatura global e na recuperação da biodiversidade, as florestas também podem se converter em um setor econômico pujante no Brasil, gerando riqueza e renda, especialmente em biomas como a Mata Atlântica e a Amazônia.

*partículas de CO₂
sendo absorvidas
pelas árvores*

“A restauração é o caminho natural para a consolidação de uma economia baseada na natureza. O fato de existir um território de terras não destinadas quase do tamanho da França na Amazônia, por exemplo, pode transformar o Brasil em uma potência ambiental”, explica Renata Piazzon, diretora-geral do Instituto Arapyaú. “Nenhum outro país do mundo apresenta essas condições estratégicas. Além disso, o Brasil é uma das maiores referências globais na ciência de restauração florestal.”

Diante da oportunidade, o Arapyaú articulou um movimento pré-competitivo para ajudar esse novo setor a decolar no Brasil. Reunindo 25 organizações do setor privado (Belterra, Bemol, Bioflica, Biomas, BTG Pactual - TTG, Corageous Land, EB Capital, IBÁ, IPÊ, Itaú, Itaúsa, LANX Capital, Leste/Carbon4412, Maraé, Marfrig, Mombak, Pátria, Rabobank, re.green, Safra, Santander, Suzano, Symbiosis, UBS e Vale), a iniciativa foi anunciada em Nova York, durante o Brazil Climate Summit, evento que antecedeu a Climate Week.

Na ocasião, o grupo apresentou duas publicações que consolidam experiências de projetos de restauração em escala comercial realizados entre os anos de 2008 e 2022 e as ações que irão nortear o trabalho daqui para frente. O objetivo é contribuir para os avanços necessários no ambiente institucional, de modo que a restauração florestal se torne uma agenda robusta e atrativa para investimentos.

Isso envolve o desenvolvimento de temas como formação de mercado, governança, padronização de operações, aspectos fiscais e tributários, Pesquisa & Desenvolvimento e advocacy, sempre em colaboração com políticas públicas e alinhados às ambições climáticas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris, bem como a outros desafios internacionais, como o Bonn Challenge, a New York Declaration on Forests (NYDF), a Iniciativa 20x20, a Glasgow Leaders' Declaration on Forests and Land Use, além de compromissos relacionados à biodiversidade.

“Embora seja uma promessa, os projetos de restauração requerem tempo significativo para amadurecer. Por isso, são necessárias medidas imediatas para atingir os objetivos de longo prazo”, afirma Roberto Waack, presidente do Conselho do Instituto Arapyaú. “Para evitar uma escassez de créditos de carbono disponíveis, é preciso aumentar rapidamente os esforços de investimento e estabelecimento de padrões em prol da restauração florestal.”

Na avaliação de Waack, a agenda do Brasil na restauração pode ser uma resposta rápida a desafios urgentes. Dono da maior biodiversidade do mundo, com recursos hídricos abundantes, terrenos disponíveis e clima favorável, o país conta com ambiente institucional oportuno, sociedade civil organizada e iniciativa privada disposta a desenvolver uma nova economia verde.



Um olho no pirarucu, outro no tucumã

Ucuuba, cubiu, murumuru, puxuri, pracaxi, carimã, pataqueira, taperebá, capitiú... Quem não vive ou visita com frequência a Amazônia, dificilmente conhece todos esses ingredientes. São oleaginosas, frutas, PANCS (plantas alimentícias não convencionais), temperos, manteigas e óleos que não fazem parte da cultura alimentar dos brasileiros que vivem fora do bioma amazônico.

No ano passado, o Instituto Arapyaú iniciou um mapeamento desses e de outros 35 ingredientes como parte de uma iniciativa que quer proteger a floresta e gerar renda para quem nela vive. Batizado de Tucumã, o projeto é feito em parceria com um grupo do setor privado, tendo como norte a promoção da diversidade socioambiental, o fortalecimento das cadeias de abastecimento e o ganho de escala da bioindústria de alimentos.



Além da pesquisa de ingredientes, o Arapyaú é parceiro no suporte ao desenvolvimento das cadeias de impacto para o projeto. “A gente acredita que a comida tem um poder muito forte de conexão das pessoas com a floresta”, explica Maria Paula Fonseca, consultora do Instituto Arapyaú para o Tucumã. “Para promover a floresta e toda a sua diversidade, não podemos ficar restritos ao açai, por exemplo.”

A transformação dos sistemas alimentares para as pessoas, a natureza e o clima tem ocupado cada vez mais espaço nas discussões da agenda climática. O Tucumã faz parte de um novo movimento no Brasil de surgimento de iniciativas que tratam a gastronomia como elemento de conservação da biodiversidade e valorização da cultura alimentar. Mas com uma diferença importante: a busca pela escala.

“A cultura alimentar do Brasil precisa ser entendida como uma grande aliada na conservação da nossa biodiversidade. E a gastronomia tem a chance de desempenhar um papel crucial ao colocar holofote em ingredientes nativos e ajudar a criar e fortalecer cadeias sustentáveis —em termos ambientais, econômicos e sociais”, afirma Renata Piazzon, diretora-geral do Arapyaú.

Ciência Tecnologia & Inovação como aliada da bioeconomia

Movidos pela crença de que o desenvolvimento sustentável da bioeconomia só vai acontecer se houver investimento em pesquisa e inovação, os institutos Arapyaú e Agni se uniram para propor uma estratégia de Ciência Tecnologia & Inovação (CT&I) em prol dessa economia na Amazônia.

O objetivo é transformar a região em uma referência em soluções inovadoras para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico e o bem-estar das populações locais. A bioeconomia é considerada um importante vetor de transformação com potencial de gerar US\$284 bilhões ao ano até 2050.

Como primeiro resultado prático dessa frente, em agosto de 2024, as duas organizações publicaram um **policy brief** (documento que sintetiza informações e recomendações sobre políticas públicas)⁽¹⁾ com estratégias baseadas em cinco alavancas prioritárias:

1. Proposição de diretrizes regionais e nacionais
2. Formação, desenvolvimento e valorização do capital humano na ciência
3. Conexão entre o ambiente de produção científica e demandas por inovação
4. Ampliação e qualificação de negócios na bioeconomia
5. Preparação e especialização da mão-de-obra em atividades desse setor, com foco no desenvolvimento social e econômico da região

Essa iniciativa contou com o apoio do cientista Carlos Nobre e do diretor do Instituto Serrapilheira, Hugo Aguilaniu, além de grandes nomes do mundo corporativo, como Pedro Wongtschowski, do grupo Ultra; Candido Bracher, do Itaú; Denis Minev, presidente das Lojas Bemol e Claudio Sassaki, CEO da Geekie.

Outro passo foi a seleção, por meio de edital, de uma instituição científica da Amazônia Legal que receberá apoio técnico e financeiro para pesquisas e demais atividades. “A Amazônia é uma região-chave para posicionar o Brasil como protagonista de uma economia justa, de baixo carbono e inclusiva. E o investimento em CT&I, com destinação de recursos para o território, é fundamental para alcançar esse horizonte”, defende Livia Pagotto, gerente de conhecimento do Arapyaú.

Após conversas com nove instituições e um mapeamento do ecossistema de bioeconomia na região, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi selecionada para receber uma consultoria, em parceria com a World Transforming Technologies (WTT) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), sobre como desenvolver mais competências e fortalecer as capacidades de CT&I, acessando recursos que ajudem a instituição nesse processo.

“O trabalho com a UFOPA nos permite conectar um diagnóstico macro, presente no *policy brief*, com uma implementação no micro cenário, aprendendo com a realidade local quais são as oportunidades e gargalos para a ciência, tecnologia e inovação na Amazônia”, afirma Pagotto.

01

02

03

04

05



Editorial

Redes

Bioeconomia

Internacional

Balanço Financeiro



Conexões e cooperação para desafios globais

Rumo à COP30, o Arapyaú se consolida
no cenário da filantropia global

O esforço de divulgação do potencial da restauração florestal visto em Nova York é parte de um plano estratégico e abrangente do Arapyaú. No ano passado, o instituto fortaleceu sua atuação internacional e levou mundo afora a mensagem de que não há solução mais custo-eficiente para a descarbonização da economia do que a natureza. Em diversos debates e encontros estratégicos sobre a agenda do clima, a organização apresentou as soluções baseadas na natureza como modelos viáveis de desenvolvimento sustentável que podem inspirar o resto do mundo.

Ao assumir a presidência do G20, em 2023, o Brasil intensificou os debates sobre clima no grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo e a União Europeia. Às vésperas de receber a COP30, em Belém (PA), a primeira a ser realizada na Amazônia, o país constrói um protagonismo na governança internacional sobre essa agenda. “Os desafios climáticos são globais e, por isso, é necessária uma coordenação global para enfrentá-los. Ao olhar para esse movimento do Brasil, o Arapyaú decidiu contribuir mais, reforçando seu papel de articulação internacional com outras organizações que trabalham a pauta do clima”, conta Bruna Mattos, coordenadora de Projetos e Parcerias na Cooperação Internacional.

Um importante passo nesse sentido foi o convite para integrar o Conselho Consultivo do Planetary Guardians, ou Guardiões do Planeta — coletivo internacional que reúne líderes mundiais, personalidades e ativistas climáticos, comprometidos em garantir um futuro seguro e sustentável para as pessoas e para o planeta. O Instituto Arapyaú tornou-se a primeira instituição brasileira a fazer parte desse conselho, com o objetivo de identificar as principais iniciativas científicas do país que visam a diminuir os impactos da humanidade no meio ambiente global.

Outro marco foi a recepção, no Brasil, de organizações de filantropia dedicadas à mitigação das mudanças climáticas, com o objetivo de debater temas estratégicos da agenda de clima e natureza, como justiça climática, conservação das florestas e a necessidade de transição nos sistemas alimentares. O encontro, capitaneado pelo Arapyaú, evidenciou o interesse desse setor em aprofundar o entendimento sobre o contexto brasileiro e as oportunidades de apoiar iniciativas no país e seu potencial de se tornar um hub de soluções para uma economia de baixo carbono.

Estratégias como bioeconomia, sistemas de agroflorestas, restauração e ecoturismo também deram a tônica de uma imersão no prestigioso Bellagio Center, na Itália, onde representantes dos setores público e privado, da sociedade civil, da filantropia, da

academia e da área de finanças se reuniram em junho para pensar, de forma coletiva, ideias de desenvolvimento territorial para a Amazônia. Promovida pelo instituto Igarapé com a participação do Arapyaú, a iniciativa permitiu debater de forma prática os desafios do território e desenhar pilotos de ações em parcerias público-privadas e filantrópicas sobre como promover, por exemplo, um parque de bioeconomia em Belém que possa congrega um centro de inovação em ciência e tecnologia, uma biofábrica para a produção de insumos e viveiros para a restauração florestal.

Tais desafios e oportunidades também foram discutidos durante a Climate Week de Nova York, um dos principais eventos no calendário global sobre mudanças climáticas, realizado em setembro. Em meio a mais de 600 eventos, o Instituto Arapyaú emplacou uma agenda própria na cidade, com palestras, debates e mesas redondas que incluíram o setor privado nas estratégias e ações climáticas, criando um espaço para discutir financiamento climático e oportunidades de investimento sustentável.

“A bioeconomia foi um dos temas presentes nos debates propostos pelo Arapyaú e, pela primeira vez, a filantropia internacional que atua na agenda climática passa a falar em *nature philanthropy*. É uma agenda mais abrangente, que inclui clima, natureza e pessoas”, destaca Renata Piazzon, diretora-geral do Arapyaú. Em uma das agendas, o instituto promoveu um debate da sociedade civil, com Johan Rockström, um dos maiores cientistas climáticos do mundo, e autoridades políticas sobre como traduzir a ciência para além do catastrofismo e transformá-la em ações.

2024 ficará marcado como o ano em que o Arapyaú ampliou sua projeção fora do Brasil, mas sem deixar de fortalecer seu trabalho no território nacional. Passada a COP 30, o país ainda terá muito trabalho a fazer até passar a presidência da conferência à nação seguinte. Até lá — e depois disso — o instituto continuará trabalhando para estreitar cada vez mais a cooperação entre filantropias globais em prol de projetos que construam um futuro mais sustentável para a natureza, as pessoas e o planeta.

01

02

03

04

05



Editorial

Redes

Bioeconomia

Internacional

Balanço Financeiro

Distribuição dos recursos em projetos

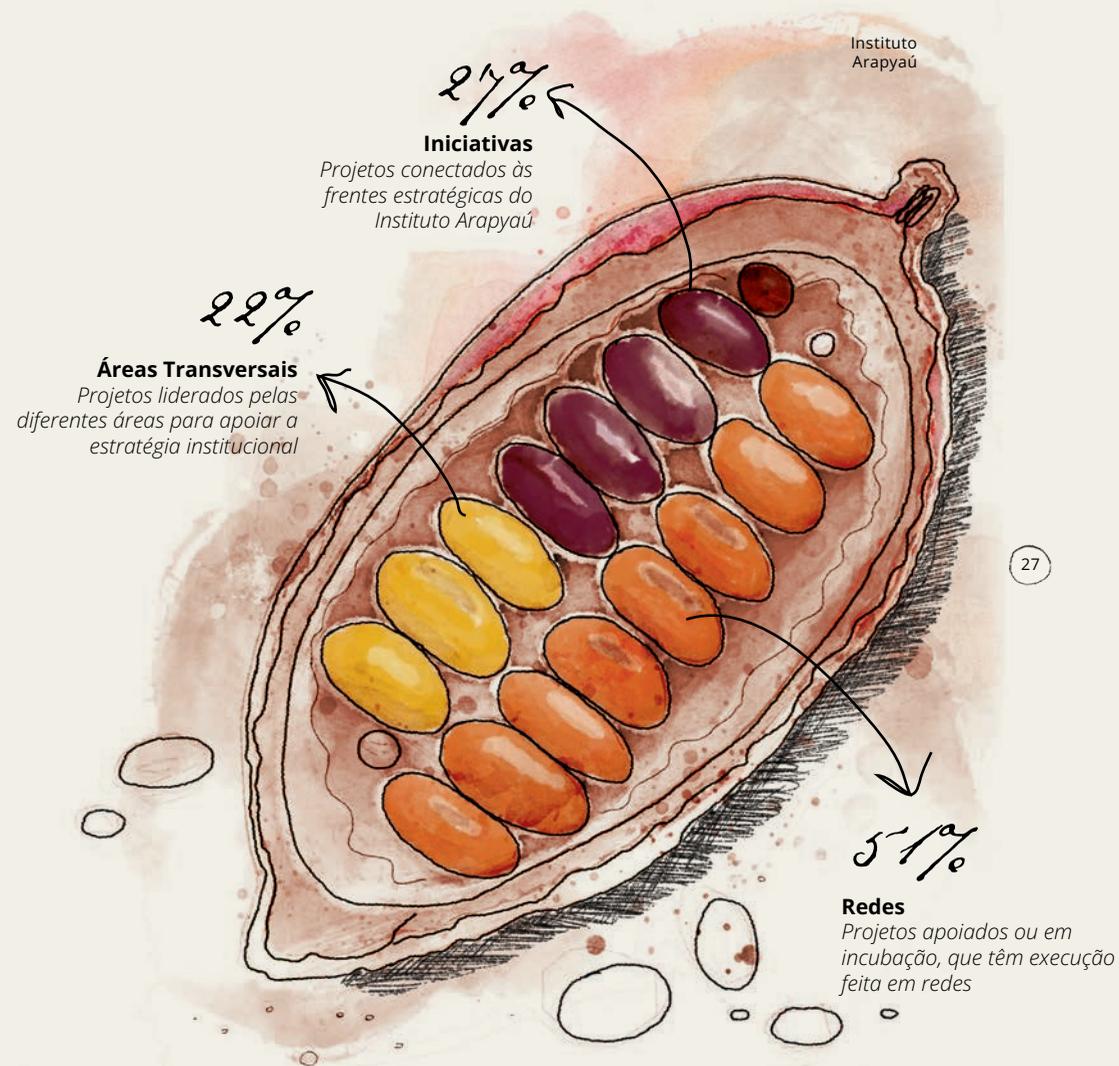
Com a ambição de realizar mais e em maior escala, o Instituto Arapyaú alavancou novos recursos em 2024. Graças a esse movimento, o orçamento chegou a R\$45 milhões, dos quais R\$23,8 milhões vieram de outras instituições.

Esse montante foi totalmente revertido no apoio e realização de projetos próprios em solo nacional. No total, as ações em rede do Arapyaú movimentaram investimentos de mais de R\$31 milhões. O balanço do instituto é auditado pela Deloitte.

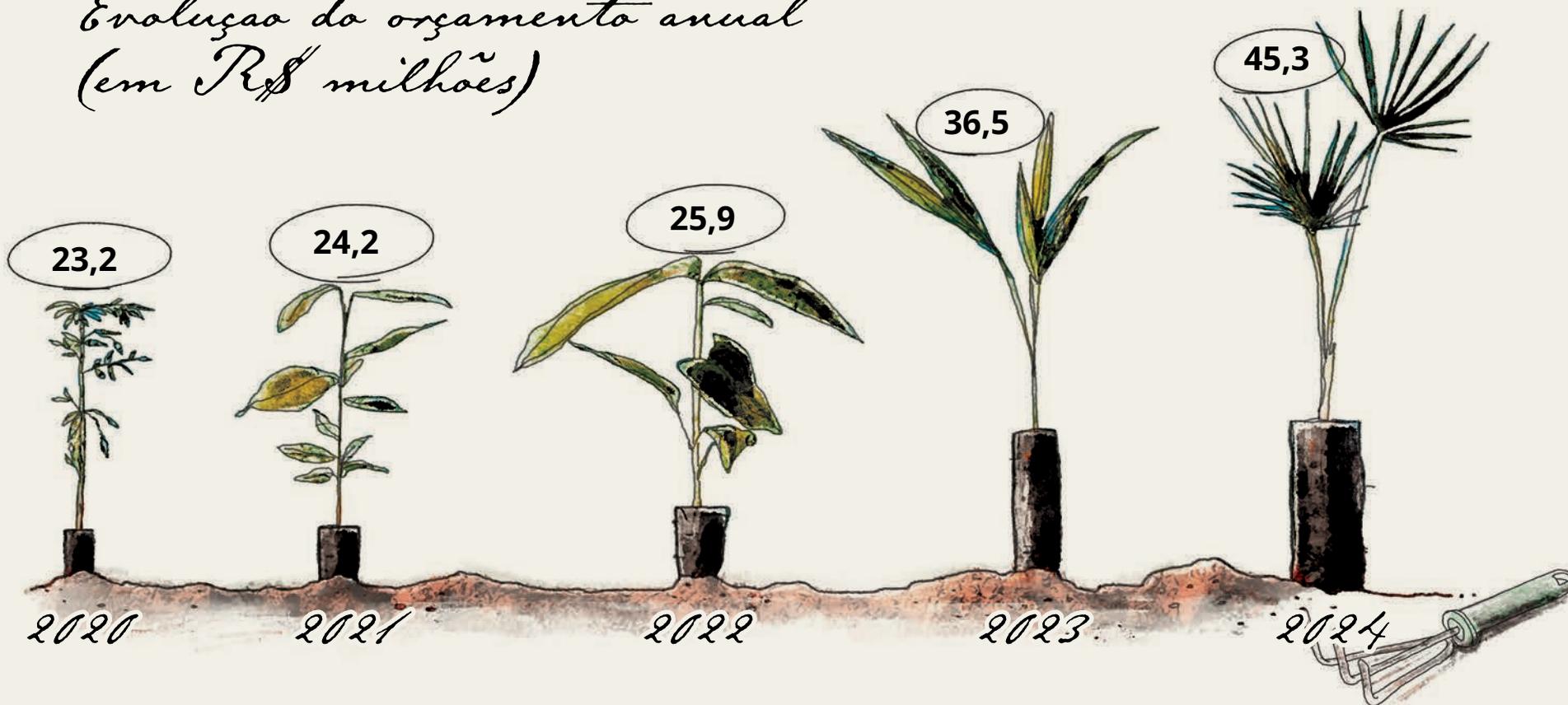
O trabalho de articulação no cenário da filantropia internacional rendeu parcerias inéditas, como a atração de capital filantrópico do Ballmer Group, fundação criada por Steve Ballmer, ex-CEO da Microsoft, e sua esposa, Connie Ballmer, para apoiar iniciativas e programas voltados para o combate à desigualdade econômica e para a promoção do bem-estar social.

Dos R\$27 milhões recebidos pelo Ballmer Group, R\$3 milhões já foram alocados em iniciativas de bioeconomia e fomento a redes — o restante do valor será alocado até julho de 2025. Uma dessas iniciativas é o Fundo Kawá, que oferece financiamento e assistência técnica para pequenos agricultores em sistemas agroflorestais.

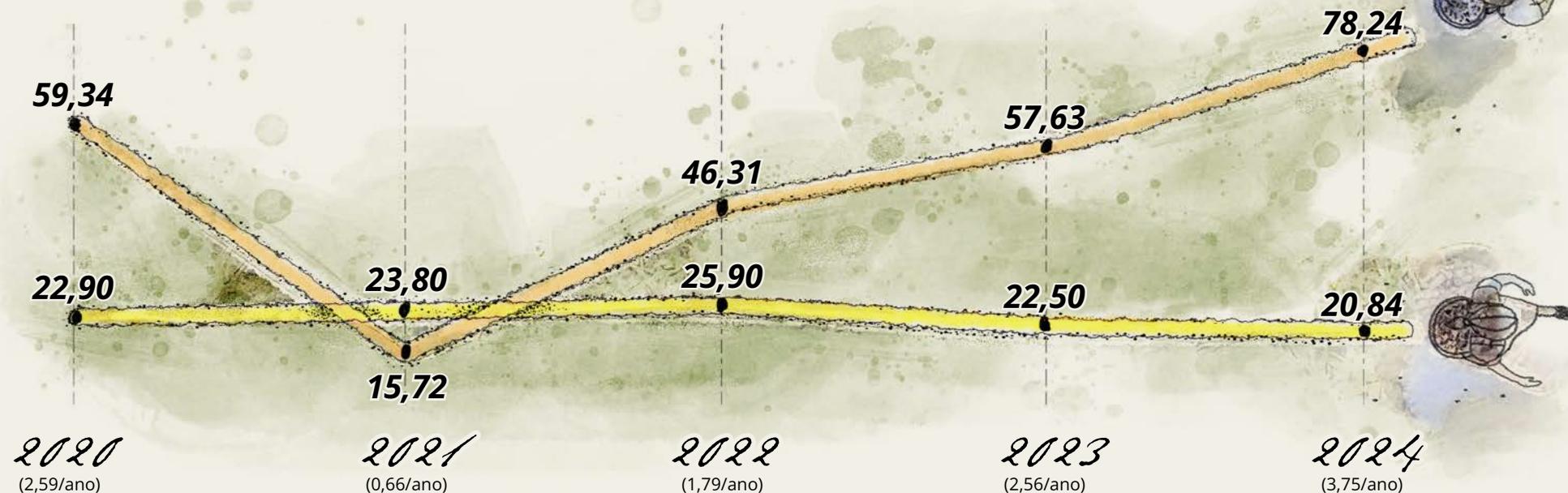
Os recursos também ajudaram a impulsionar o movimento setorial pré-competitivo que pretende promover a restauração florestal como uma estratégia fundamental para uma economia de baixo carbono no Brasil. No fomento a redes, esse capital tem ajudado o projeto Conexão Povos da Floresta a levar inclusão digital a comunidades indígenas, extrativistas e de ribeirinhos na Amazônia Legal.



Evolução do orçamento anual (em R\$ milhões)



Evolução da investimenta e coinvestimenta direta em projetos (R\$ M)



Nota: apuração correspondente à auditoria realizada após a disponibilização do relatório anual anterior.

● Coinvestimentos ● Investimentos

Expediente



Direção-geral do Instituto Arapyaú

Renata Piazzon

Coordenação geral do projeto

Sabrina Fernandes

Texto

Pecan Comunicação

Projeto Gráfico e diagramação

OIO

Ilustrações

Adriana Alves

Tradução

Jeff Paiva

Comunicação

**Daniel Freitas
Luiz Attié**

Agradecimentos

**A toda a equipe do Instituto Arapyaú,
conselho de governança, conselho fiscal,
parceiros, redes e coinvestidores**

